



7 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 14 de junho de 2026

Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo		Euro		CDI		CDB		Inflação	
Na sexta-feira		IBovespa nos últimos dias		Na sexta-feira		Últimos		Comercial, venda na sexta-feira		Ao ano		Prefixado 30 dias (ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
0,21%	0,7%	169.813	171.132	R\$ 5,061		R\$ 1.621		R\$ 5,856	14,40%	14,28%			Dezembro/2025	0,33	
São Paulo	Nova York	9/6	10/6	(-0,79%)		8/junho	5,180						Janeiro/2026	0,33	
						9/junho	5,177						Fevereiro/2026	0,70	
						10/junho	5,172						Março/2026	0,88	
						11/junho	5,101						Abril/2026	0,67	

MEIOS DE PAGAMENTO

Pix entra na mira dos Estados Unidos

Novo desdobramento da crise diplomática entre Brasil e EUA afeta o sistema de pagamentos mais popular do país

» RAPHAEL PATI

A relação entre Brasil e Estados Unidos é marcada por momentos de acusações e tentativas de aproximação desde o início do governo do presidente norte-americano, Donald Trump, em janeiro do ano passado. A crise diplomática ganhou novos contornos com a edição de uma medida anunciada pelo Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês), que prevê uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros.

Apesar de não ser a primeira taxa aplicada pelo governo Trump desde o início de seu mandato aos produtos brasileiros, ela evidencia a insatisfação dos norte-americanos em relação ao uso do Pix no país e 'compra a briga' das empresas que operam com cartões de crédito, como Visa e MasterCard. O USTR acusa o governo brasileiro e o Banco Central de colocar essas empresas em "desvantagem injusta" em relação ao sistema de pagamentos instantâneo que opera no país.

"O papel duplo do Banco Central brasileiro como regulador e proprietário/operador do Pix cria um conflito de interesses, na ausência de salvaguardas processuais adequadas. O banco tem atuado como regulador de forma a prejudicar prestadores norte-americanos de serviços de pagamentos eletrônicos e favorecer o Pix", destacou, na decisão proferida no último dia 1º, o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer.

O governo dos EUA também destaca, no documento, que o BC determina o uso do Pix por instituições financeiras com mais de 500 mil contas e exige que ele seja exibido na tela principal dos aplicativos desses bancos, como uma das justificativas para editar a medida de retaliação. Vale destacar que a tarifa de 25% ainda não está em vigor e que deve passar por um processo de consulta pública e análise pelo governo norte-americano até a primeira quinzena de julho.

Ricardo Stuckert / PR



Ao lado de Alckmin e de ministros, Lula segura uma placa em defesa do sistema de pagamentos instantâneo em evento no Planalto

Em resposta ao USTR, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou aos Estados Unidos e disse que "o Pix assusta eles", quando participava de um evento no interior de Goiás, logo após a edição da medida. O chefe do Executivo também comprou a ideia de uma "rixa" entre as empresas de cartão de crédito e o sistema de pagamentos instantâneos.

"A preocupação dos norte-americanos é de que o Pix pode abalar muito as empresas do cartão de crédito deles que estão aqui no Brasil. Acham que o Pix vai acabar com isso; e o Pix vai acabar mesmo, porque o Pix é de graça, é público e

ninguém paga nada. É só clicar no Pix e está resolvido o nosso problema", disse Lula, na ocasião.

Uso popular

Em qualquer loja ou estabelecimento comercial do Brasil, é possível fazer uma transação sem a necessidade de intermediação de bandeiras de cartão ou de papel. Apesar de já ser considerado um hábito utilizar o Pix para fazer pagamentos no país, essa é uma realidade muito recente e que ainda está presente em poucos países ao redor do mundo. Desenvolvida pelo Banco Central e

lançado em 2020, a ferramenta viu o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros em menos de um ano de existência.

Sem a cobrança de taxa e sem limite de horário, é possível afirmar que o Pix revolucionou a forma como os brasileiros lidam com as despesas do dia a dia. Dados do próprio Banco Central mostram que 175 milhões de pessoas já utilizaram alguma vez esse sistema, o que revela uma presença massiva do Pix em todas as classes sociais e econômicas do Brasil. Somente no mês passado, foram registradas 7,1 bilhões de transações em todo

o país, com um valor movimentado que chega a quase R\$ 3 trilhões.

O uso do Pix também reflete uma mudança de comportamento do consumidor; não apenas no Brasil, mas também em todo o mundo. De acordo com a pesquisa Global Payment Report 2026, publicada no último mês de maio pela Global Payments, o Pix também consolidou sua liderança no varejo, representando 42% do valor transacionado no e-commerce e 34% do valor transacionado nos pontos de venda físicos (PDVs) no ano passado. Para 2030, o mesmo levantamento prevê que o uso da ferramenta chegue a 44%

no comércio digital e a 46% no físico.

"O Pix é rápido, seguro e fácil de usar, melhora o fluxo de caixa e reduz custos para os comerciantes. É um exemplo de como a regulamentação governamental pode impulsionar a inovação", destacam os responsáveis pela pesquisa, que também mencionam o sucesso internacional do meio de pagamento instantâneo. Países como Argentina, Espanha, Portugal e até os Estados Unidos já aceitam o uso do Pix por turistas brasileiros em diversos estabelecimentos.

Outros países também lançaram sistemas de pagamento instantâneo nos últimos anos, que operam em uma base "de conta para conta" (account-to-account, ou A2A, na sigla em inglês). O mais similar ao Pix brasileiro é o Unified Payments Interface (UPI), da Índia, que também opera com um sistema de pagamentos 24x7 e conecta centenas de instituições financeiras, sem tarifas para as empresas. A principal diferença entre os dois sistemas é que o UPI é bem mais utilizado em carteiras digitais, como Google Pay, PhonePe e Paytm.

Também há modelos parecidos no Reino Unido, nos Estados Unidos e na União Europeia. No entanto, a difusão desses sistemas ainda é muito pequena se comparado ao Brasil e à Índia. Outros sistemas também funcionaram na Tailândia, como o PromptPay e na Indonésia, com o BI-FAST. Nesses países, o modelo A2A já é o primeiro ou segundo colocado em participação de transações no varejo, o que mostra que ainda há espaço para a adoção de outros modelos similares em outros países, como avaliam os pesquisadores.

"O consumidor é o principal motor da transformação digital que vem ocorrendo em todo o mundo. Uma vez que ele experimenta uma jornada de compras mais simples, segura e que facilita o seu dia a dia, não há retorno ao passado. Ao contrário, a pressão por inovação se amplia", afirma Juan Pablo D'Antiochia, gerente geral de Enterprise da Global Payments na América Latina.

Rivalidade com cartões

A 'rivalidade' entre o Pix e os cartões de crédito ganhou novos contornos após as acusações feitas pelo representante comercial em relação a uma possível "preferência" do Banco Central ao sistema de pagamentos instantâneo. Apesar de as empresas alegarem que perderam espaço no mercado brasileiro, os números mostram uma tendência distinta no varejo, no qual os cartões de crédito e débito sempre dominaram, ao lado do dinheiro em espécie.

Mesmo com o enorme sucesso do Pix, a pesquisa da Global Payments mostra que os consumidores brasileiros ainda preferem os cartões, principalmente os de crédito. No ano passado, os cartões representaram quase metade do valor total transacionado entre consumidores e comerciantes, aponta o levantamento, que indica maior opção dos cartões dentro de carteiras digitais.

Ao todo, os cartões representam 45% do valor transacionado no e-commerce e 42% do valor transacionado nos pontos de venda em

2025. Mastercard (48%) e Visa (37%) são as principais bandeiras, seguidas pela brasileira Elo, com 9% de participação. Já o Pix respondeu por 42% no comércio digital e 34% nas lojas físicas. "Os brasileiros utilizam cada vez mais cartões de crédito em carteiras digitais, que se integram perfeitamente aos aplicativos de pagamento preferidos dos consumidores", destaca Juan Pablo D'Antiochia, da Global Payments na América Latina.

Mesmo sem ter publicado uma nota oficial após a edição do documento do USTR, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, já havia se manifestado sobre a suposta competição entre Pix e cartões, quando participou de uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal no mês passado. Na ocasião, ele negou que haja uma rivalidade entre os dois modelos de pagamento e que a ferramenta do BC teria aumentado a chamada "bancarização" da população brasileira. "O Pix incluiu pessoas que estavam à margem do sistema,

que passaram a ter cartão de crédito", disse. Para ele, não há rivalidade entre o Pix e o cartão de crédito.

Ao **Correio**, um dos principais nomes responsáveis pela arquitetura do Pix no Banco Central, que preferiu não se identificar, diz que não acredita em uma rivalidade entre cartões de créditos e o sistema desenvolvido pela autoridade monetária, sobretudo como motivador de uma nova tarifa para os produtos brasileiros. Segundo ele, os Estados Unidos estariam mais preocupados com uma possível integração do Pix com outros sistemas parecidos na Índia, na China e em outros países emergentes, o que poderia, na prática, reduzir a hegemonia do dólar no cenário internacional.

O presidente dos EUA, Donald Trump, já manifestou publicamente sua rejeição por qualquer tentativa de aproximação dos países do Brics por meio de uma moeda própria. A questão de uma divisa única para transações entre essas nações já foi uma sugestão, inclusive, do próprio

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desde o aumento dos atritos com o governo de Washington não mencionou novamente sobre levar adiante o projeto.

Sobre uma possível contenda com a ferramenta do Banco Central, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) comenta que é a favor da "pluralidade" e que a "existência de múltiplos arranjos e modelos de pagamento, como o ecossistema dos cartões de crédito e débito, e o Pix, entre outros, é extremamente benéfica para o consumidor e para a sociedade". "A Abecs reforça seu compromisso com a promoção de um ambiente de pagamentos inovador, competitivo e seguro, contribuindo tecnicamente para as discussões pertinentes ao setor", conclui, em nota, a entidade.

Recentemente, o governo brasileiro endureceu o tom a favor do Pix e decidiu registrar a marca "Pix do Brasil" no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) no

Carlos Vieira/ CB.D.A. Press



Gabriel Galípolo defendeu o Pix em audiência no Senado: inclusão

mesmo patamar de outras com "alto renome". Além das questões comerciais, especialistas também enxergam um uso político nesse movimento, que foi anunciado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, no último dia 10. "Em um contexto de disputas narrativas sobre sistemas de pagamento,

isso pode ser politicamente explorado, mas a análise jurídica deve ser mais técnica: o processo de marcas tem rito próprio, depende de provas e não se confunde com uma resposta diplomática ou comercial", avalia a advogada Carolline Silva Soier, sócia do HRSA Sociedade de Advogados e especialista em Propriedade Intelectual. (RP)